Os Jogos Goianos da Saúde Mental, Marcos Antônio Alves Filho, são um evento esportivo e cultural realizado anualmente a partir de 2018 e têm o intuito de promover o encontro e a integração da Rede de Atenção Psicossocial.

A iniciativa se insere no contexto da reforma psiquiátrica, da luta antimanicomial e do necessário fortalecimento do SUS e surgiu a partir da prática de estágio do curso de bacharelado em Educação Física da Universidade Federal de Goiás no Centro de Cultura e Convivência Cuca Fresca, coordenado pelo professor Dr. Heitor Pasquim que trouxe a experiência da Copa da Inclusão realizada há décadas em São Paulo.

A decisão pela realização de um evento estadual foi bastante ousada, haja vista que raras ações eram realizadas visando integração da rede de saúde mental. Após o lançamento do desafio, fizemos algumas reuniões presenciais e iniciamos o diálogo com a Gerência Estadual de Saúde Mental para auxiliar na mobilização.

A organização acontece por meio de reuniões virtuais, devidamente divulgadas através de WhatsApp e redes sociais e conta com participação de dezenas de municípios. De acordo com §2°do regulamento, as reuniões serão abertas à participação e voz de todos/as. Todavia, apenas terão voto os indivíduos ligados aos serviços que trouxerem usuários da saúde mental para a reunião.

Foram elaborados vários documentos orientadores como regulamento, tabela de pontuação, termo de responsabilidade, entre outros, bem como a logo do evento criada por um familiar. O serviço campeão recebe o troféu produzido pela Associação de Trabalho e Produção Solidária da Saúde Mental – Gerarte 1, que homenageia Deusdet Martins do Carmo, psicóloga, militante e precursora do movimento da luta antimanicomial em Goiás.

O evento é auto-organizado por usuários/as, familiares, trabalhadores/as e apoiadores/as da Rede de Atenção Psicossocial de Goiás em parceria com a Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás e conta com apoio da Faculdade de Enfermagem, Musicoterapia, Educação e IPTSP da UFG e ESEFFEGO/UEG.

Os jogos são realizados em três eixos: Esporte e Lazer, Arte e Cultura e Economia Solidária, com regulamento próprio e têm como perspectiva o estímulo à participação, não priorizando a competição e com ênfase no protagonismo dos/as usuários/as.

No aspecto político, a cada ano é escrita uma carta, a muitas mãos, reafirmando os princípios inegociáveis do modelo de cuidado em saúde mental que defendemos e posteriormente ela é encaminhada para autoridades e instituições relacionadas à área da saúde, demarcando a política territorial.

Em 2018 foi realizada a primeira edição na Faculdade de Educação Física e Dança da UFG em Goiânia, com a presença de centenas de usuários, familiares, trabalhadores e parceiros/apoiadores de Goiânia e diversos outros municípios. Em 2019 o quantitativo de participantes superou a marca de mil pessoas, numa clara demonstração da potência do evento.

O advento da pandemia do Corona vírus potencializou o sofrimento psíquico da população devido ao caos sanitário, social, econômico, entre outros fatores. Cientes da necessidade do distanciamento social, porém com o objetivo de criar estratégias de articulação e mobilização para cuidado em saúde mental bem como promover a defesa do SUS, decidimos encarar o desafio de organizar a terceira edição dos jogos no ano de 2020, no formato virtual com o modelo desafios/respostas postadas nas redes sociais dos jogos.

Portanto, fizemos a adaptação do regulamento e realizamos três edições (2020/2022) no formato virtual com a proposta desafios/respostas e foram gravados e publicados na página do Instagram dos jogos (@jogos\_goianosdasaudemental) mais de 1.300 vídeos utilizando a #jgsmental, fazendo referências à arte e cultura como cuidado do sujeito, manifestações políticas em defesa dos princípios preconizados pela Lei da Reforma Psiquiátrica e do SUS.

A despeito da exclusão digital que ainda é realidade entre os/as usuários/as da rede de saúde mental e as danosas consequências da crise pandêmica, ter como resultado a publicação de centenas de vídeos fazendo referências à arte e cultura como cuidado do sujeito, manifestações políticas em defesa do fortalecimento do SUS e da Rede de Atenção Psicossocial, o resultado foi gratificante e melhor que o esperado.

As edições subsequentes IV em 2021 e V em 2022 seguiram o mesmo formato virtual da edição anterior, ampliando significativamente o número de participantes a cada ano. Confiram no Instagram usando a #jgsmental 2020, 2021 e 2022.

Considerando as dimensões geográficas do estado de Goiás e as dificuldades da logística de locomoção, discutimos a possibilidade de realização de encontros em outros locais. Tivemos êxito na semana da luta antimanicomial em 2023 com o evento III Sarau (R)Existimos – tecendo prosas, versos e cantorias e autonomia como cuidado em saúde mental – pois além de Goiânia, Anápolis, Indiara e Jaraguá protagonizaram encontros muito potentes recebendo municípios de seus respectivos entornos, integrando e fortalecendo a RAPS estadual.

Nessa perspectiva convidamos a Gerência Estadual, as regionais de saúde mental bem como os serviços da RAPS de todo o estado de Goiás para promoverem encontros regionalizados dos Jogos Goianos da Saúde Mental. O município de Indiara aceitou o desafio e sediou um encontro no dia 30 de novembro de 2023. O evento foi extraordinário, com a presença de usuários/as e trabalhadores/as dos municípios de Acreúna, Cezarina, Jandaia e Goiânia.

Cientes da importância de ampliar as parcerias com instituições que atuam em consonância com as políticas públicas que promovem o cuidado em liberdade, a dignidade e os direitos humanos, buscamos a cada ano ampliar e fortalecer os laços com as referidas entidades.

O evento mostra a interface de políticas intersetoriais (SUS/SUAS), parcerias institucionais e Gerência Estadual de Saúde Mental, deixando claro que ele se sustenta na força do coletivo. Desde a primeira edição contamos com a participação de serviços do SUAS, como Casas de Acolhida e Centro Pop que atuam diretamente com a população em situação de rua, promovendo inclusão social, convivência, cuidado em saúde, acesso às práticas esportivas, recreativas, artísticas e culturais, atividades estas negadas a essa parcela da população em seu cotidiano.

As atividades realizadas despertam tantas emoções positivas, alegres, felizes, contagiantes, inspiradoras, estimulantes que é difícil traduzir em palavras os sorrisos e brilhos nos olhos. Tudo isso se torna possível porque é resultado de um processo de criação coletiva da RAPS, pela RAPS e para a RAPS.

O envolvimento de todos e todas, seja nas discussões em reuniões virtuais, presenciais, a mobilização dos usuários no dia a dia dos serviços, a busca por parcerias, doações, reflexões e debates sobre as políticas públicas de saúde mental de forma democrática, dando ênfase a autonomia e protagonismo dos/as usuários/as cria uma corrente de força que supera expectativas!

Diferentemente da maioria dos eventos em que somos espectadores, aqui somos todos e todas espectATORES, onde cada sugestão, opinião, ação vão agregando, de forma democrática, concorrendo para o sucesso do evento.

Os/as usuários participam ativamente das modalidades esportivas, vivências, oficinas livres, lazer, Mostra de Artes, Feira de Economia Solidária expondo e vendendo produtos confeccionados nos próprios serviços da RAPS, cuidados em saúde e se expressam artisticamente através da música, dança, poesia, teatro, batalhas de rap, entre outras.

A articulação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial é imprescindível no movimento de resistência, de defesa do cuidado em liberdade, do SUS, da dignidade humana.

Os Jogos Goianos da Saúde Mental são estruturados em três etapas nesse grande movimento: organização, realização e legado, que é ainda maior que o processo, mesmo que talvez não seja perceptível a curto prazo.

São vários os objetivos atingidos. Entre eles, destacamos:

A articulação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial que é imprescindível no movimento de resistência, de defesa do cuidado em liberdade, do SUS, da dignidade humana, da vida!

Fortalecimento das políticas intersetoriais como fundamento na garantia de direitos essenciais, especialmente dos mais vulneráveis.

Potencialização da formação acadêmica de futuros profissionais com experiências enriquecedoras para além dos espaços formais da academia ampliando as possibilidades de relações mais humanizadas e afetivas tão necessárias para o cuidado da saúde integral de todos/as nós.

Promoção de visibilidade e reflexões que ajudam romper com estigmas e estereótipos, pois eles são frutos do preconceito e desinformação.

Os Jogos Goianos de Saúde Mental têm sido um grande movimento de articulação da Rede de Atenção Psicossocial do estado de Goiás na defesa dos princípios preconizados pela Lei da Reforma Psiquiátrica e do SUS.

Tem caráter inclusivo, lúdico, social, cultural, político e científico e tem gerado repercussões muito favoráveis tais como o reconhecimento dos jogos como práticas inspiradoras em atenção psicossocial divulgadas no portal da Fiocruz. Confira no link: https://portfoliodepraticas.epsjv.fiocruz.br/pratica/jogos-goianos-da-saude-mental.

https://ufg.br/n/148910-central-de-estagios-ufg-fica-em-1-lugar-no-premio-iel-de -estagios-2021 - prêmio IEL para práticas de estágio onde os Jogos são

inscritos como Projeto de Extensão da Faculdade de Educação Física e Dança da UFG

Artigo científico publicado na Revista Brasileira de Ciência do Esporte – CBCE escrito pelo professor Heitor Pasquim e outros autores que fazem análise sobre participação nos jogos. Acesse o link para ler o artigo. https://www.scielo.br/j/rbce/a/p8DcN57S6tXsCyYHT6yqdkc/?lang=pt

Dissertação de Mestrado de Paulianny Mirelly Gonçalves de Sousa: A (loucura) entre parênteses: jogos goianos da saúde mental como dispositivo de desinstitucionalização e reinvenção da saúde <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/3f94a1f5-934b-404d-93dd-32a3f36ba9cf>

Em setembro de 2023, Paulianny Mirelly apresentou o Projeto sobre os Jogos Goianos da Saúde Mental no XXIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) – Educação Física, Soberania Popular no Brasil e na América Latina: redirecionamento das forças democráticas nas águas do Dragão do Mar – Fortaleza-Ceará e em outubro de 2024 participou do CENUR – Litoral Norte – Paysandu - Universidad de La Republica Uruguai, apresentando e discutindo a referida temática.

A cada edição o evento amplia o número de participantes num processo de integração, interação, troca de experiências, vivências prazerosas, reforçando os pilares da luta antimanicomial em Goiás.

Contudo, temos clareza que, apesar da força do evento, a articulação e mobilização ainda está muito aquém da capacidade da rede. Não há envolvimento da maioria dos/as trabalhadores, o que inviabiliza a participação de muitos/as usuários/as que nem tomam conhecimento das ações realizadas na própria rede de saúde. A desmobilização é multifatorial, entre elas destacam-se: o adoecimento psíquico, alienação, falta de qualificação profissional e compromisso político e social dos/as trabalhadores/as

O modelo psicossocial preconizado pela Lei da Reforma Psiquiátrica foca no cuidado do sujeito, no coletivo e sua (re)inserção social, potencializando a inclusão, cidadania, autonomia, protagonismo, com ênfase na liberdade.

Promover saúde mental num contexto de extrema injustiça social, exclusão, preconceito, intolerâncias diversas, violências múltiplas, requer além de competências técnica, científica e política, humanização, sensibilidade, afeto, amorosidade, altruísmo.

As políticas públicas não cabem numa lógica mercantilista promovida pelo neoliberalismo, intensificadas, principalmente a partir de 2016 e que têm gerado graves retrocessos no financiamento na área da saúde. Na saúde mental, além do corte de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) houve ataques às políticas de Saúde Mental promovendo graves retrocessos às iniciativas criadas pela Reforma Psiquiátrica Brasileira.

É fato que no Brasil, historicamente as minorias foram subjugadas e sofreram todos os tipos de violência, porém, é fato inconteste que nas últimas décadas tivemos avanços significativos no que tange aos direitos civis dos grupos marginalizados, o que é um marco no processo civilizatório.

Contudo, os avanços não são lineares. Os visíveis retrocessos nas políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde e educação são o reflexo de orientações de organismos financeiros internacionais fundamentados na lógica neoliberal do estado mínimo, numa ótica economicista, transformando direito em mercadoria e investimento em gasto, com cortes expressivos dos recursos destinados às referidas áreas, o que tem comprometido a qualidade dos serviços prestados.

Portanto, necessário se faz o firme posicionamento contra toda forma de retrocesso nas políticas públicas com atuação contra hegemônica, fazendo análise crítica da realidade com vistas à transformação da injusta ordem vigente.

Além dos documentos oficiais publicados pelo Ministério da Saúde na gestão anterior, podemos citar o PL 551/2024, apresentado pelo deputado Carlos Jordy (PL/RJ), que visa alterar a Lei nº 10.216/2001 para permitir a internação compulsória de pessoas com transtornos mentais que estejam cumprindo penas ou medidas de segurança, contrariando as normativas nacionais e internacionais sobre o tema, inclusive a Resolução CNJ n. 487/2023 que estabelece o correto encaminhamento pela autoridade judicial dos casos de saúde mental às equipes de saúde para que indiquem e procedam ao tratamento adequado para cada paciente.

 O desmonte e precarização dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial e o retorno das repulsivas práticas manicomiais com foco na internação e medicalização das pessoas com transtornos mentais em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas caracterizam políticas higienistas que promovem exclusão e segregação das pessoas vulneráveis e socialmente “indesejáveis”.

É uma concepção rasa e preconceituosa, onde não se considera a possibilidade de ampliar a dignidade de pessoas vulnerabilizadas sócio, afetiva, psicologicamente e historicamente excluídas. O sucateamento dos serviços públicos não é descaso. É estratégia para precarizar e desqualificar os mesmos perante a opinião pública e assim “justificar” a terceirização/privatização.

A lei da Reforma Psiquiátrica é um marco na garantia do respeito e dignidade das pessoas com transtorno mental, pois prevê a implementação de uma rede substitutiva ao modelo manicomial. Entretanto, necessário e urgente se faz a discussão sobre o manicômio ideológico, pois esses retrocessos estão presentes no cotidiano dos serviços e se materializam na relação hierárquica, baseada em uma visão preconceituosa devido às posições que os/as usuários/as ocupam na estrutura social.

A incapacidade de desenvolver uma prática fundamentada na horizontalidade, empatia, respeito e equidade demonstra a insensatez e arrogância de parte dos/as trabalhadores/as que não consideram os determinantes sociais que geram e/ou potencializam tal adoecimento.

Estigmatizar pessoas que têm diagnóstico de transtorno mental é um contrassenso. Estudos e pesquisas recentes demonstram o alarmante aumento de pessoas acometidas por transtornos mentais, inclusive trabalhadores/as. Na atual conjuntura política, econômica, social, cultural, ambiental, só os tecnocratas não têm as subjetividades afetadas(?).

Os liberais defendem estado mínimo para as populações minoritárias, porém são incapazes de questionar a malversação de recursos públicos, e operam e/ou apoiam o corte de verbas que gera a precarização dos serviços, a terceirização/privatização através de contratos milionários, onde empresas privadas auferem lucros altíssimos em detrimento da qualidade dos serviços públicos, entre tantos outros problemas.

Têm uma postura individualista, indiferente às tentativas de desmonte dos serviços públicos e retirada de direitos essenciais dos oprimidos. Aliás, endossam o discurso dos opressores, naturalizando as injustiças.

Portanto, é imprescindível a formação política, referenciada socialmente, para trabalhadores/as da RAPS, orientando que a atuação profissional esteja em consonância com as diretrizes preconizadas legalmente e que as práticas desenvolvidas sejam contra hegemônica, fazendo análise crítica da realidade com vistas à transformação da injusta ordem vigente.

Essas análises são fruto do processo de avaliação do evento, sendo que esta só faz sentido se estiver atrelada aos objetivos, portanto, precisamos voltar ao regulamento que norteiam os Jogos Goianos da Saúde Mental e dialogar com os/as usuários/as, familiares sobre as experiências vivenciadas, emoções, frustrações, expectativas e registrar essas informações para que sirvam de parâmetro com vistas ao aprimoramento do evento e das demais práticas desenvolvidas na rotina dos serviços.